

Sob aplausos de grande parte dos cerca de 120 deputados presentes em plenário, o presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, leu ontem a nota da Mesa afirmando que "as agressões indiscriminadas contra o Congresso Nacional e a parlamentares levam a suposição da existência de um plano adrede preparado para obscurecer os grandes escândalos do período autoritário e minar a resistência democrática do Parlamento".

Em seguida, Ulysses anunciou estar em entendimentos com o presidente do Senado, José Fragelli, para, com base na lei, convocar uma rede de rádio e televisão, a fim de que o Congresso "exerça seu legítimo direito de defesa, até por questão de sobrevivência".

Foi esse o ponto culminante das reações que se registravam em plenário, desde a abertura da sessão, às 13 horas, contra a "campanha de desmoralização do Congresso", que tinha como fato mais recente a publicação, na primeira página da edição de ontem do *Jornal de Brasília* (de propriedade do deputado Jaime Câmara (PDS-GO), de duas fotografias consideradas "ofensivas" aos parlamentares. Uma mostrava o painel eletrônico do plenário da Câmara e dizia que, "como nos tempos da ABC", os deputados aprendiam a acionar o dispositivo "antipiano", outra, um circo, em primeiro plano, na Esplanada dos Ministérios, ocupando quase exatamente o lugar da cúpula do Senado Federal, sob o título: "Um circo e suas semelhanças".

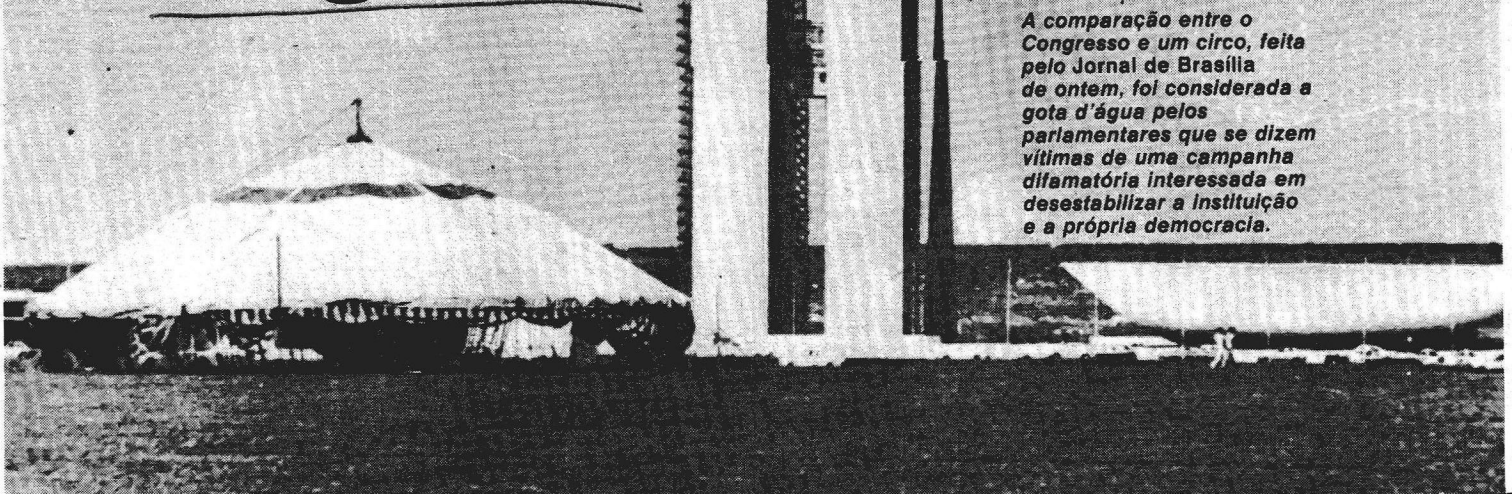
Todas as lideranças já se haviam manifestado contra a "campanha" e em repúdio à publicação do *Jornal de Brasília*. Pelo PMDB, o deputado mineiro José Mendonça de Moraes afirmou que "por trás disso" está a Abert — Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. "Mas aqui — advertiu — há nomes com coragem de reagir contra os tubarões da comunicação. Mexeram aqui com vara curta."

O deputado Gastone Righi, líder do PTB, também conseguiu aplausos ao anunciar estar preparando projeto de lei proibindo todos os órgãos governamentais, federais, estaduais e municipais, bem como as empresas estatais, autarquias e sociedades de economia mista de veicular "qualquer publicidade paga em órgãos de imprensa". Isso, segundo ele, "para evitar a pecha de estar a imprensa agindo venalmente". Righi mencionara especialmente o caso da "ação tendenciosa, em São Paulo, na divulgação de pendenciosas falsas".

Protestos

A primeira manifestação ocorreu pouco depois das 14 horas, quando o deputado Josias Leite (PDS-PE) se encontrava na tribuna criticando a política econômica. O de-

A foto que irritou o Congresso



putado Amaral Neto entrou pelo corredor central com o exemplar do *Jornal de Brasília* nas mãos e, em voz alta, indignado, começou a exibi-lo a outros colegas, até que a deputada Bete Mendes (sem partido-SP), na presidência, apertou a campainha para indicar que havia orador na tribuna. Amaral pediu desculpas ao orador, mas aproveitou para levar seus protestos ao microfone, merecendo o apoio do deputado Marcondes Pereira (PMDB-SP).

Quando já estava para começar o período destinado à ordem do dia, um dos vice-líderes do PMDB, Arthur Virgílio Neto, reclamou da Casa "atitude viril". "Quem trama contra o poder civil — disse — o poder que derrubou a ditadura, deve estar querendo de volta o autoritarismo". E acusou "setores da imprensa" de alimentar essa "campanha". Quanto ao *Jornal de Brasília*, este — assinalou — "pertence a um deputado faltoso, relapso e que, se o regimento fosse cumprido à risca, poderia até ter tido o mandato cassado". E acrescentou: "Fui

ver o circo. Não está instalado em frente do Congresso, mas sim do Estado-Maior das Forças Armadas".

Pelo PDS, o deputado Hugo Mardini, antes mesmo que Ulysses entrasse em plenário para ler a nota, considerou que esta, somente, não seria suficiente. Reclamou da Mesa urgência no exame do pedido de requisição de rede de rádio e televisão. Observou não ser a "campanha" promovida pelos jornalistas, pelos repórteres, pois ela segue, a seu ver, "uma linha institucional".

Amaral Neto voltou ao microfone, para lembrar que, em 1966, estava entre os que reagiram quando o Congresso foi militarmente ocupado. "Hoje a ameaça não vem do poder militar. É algo pior, muito mais grave, porque se trata do aniquilamento moral da instituição". Em seguida, Amaral notou que o *Jornal de Brasília* compara o Congresso a um circo — "mas é um circo que tem entre seus palhaços o próprio diretor do jornal, que é um dos palhaços mais aútes-..."

"Peço ao deputado que se atenha à linguagem parlamentar" — advertiu o deputado Epitácio Cafeteira (PMDB-MA), na presidência dos trabalhos.

"Quem ofende o deputado é o seu próprio jornal", defendeu-se Amaral. E condenou o Executivo também, por permitir essa "campanha" e por prestigiar, colocando-os na comissão da Constituição, empresários que fizeram críticas ao Congresso, como é o caso — citou — de Antônio Ermírio de Moraes e Luís Eulálio de Bueno Vidigal. "Temos de por um basta nessa infâmia! Não queremos Ulysses solicitando programas de televisão, contemporizando, mas sim exigindo rede de rádio e televisão".

O deputado Sérgio Lomba, pelo PDT, classificou a "campanha" como "infame" e acusou os órgãos de comunicação de "viver à sombra do poder, locupletando-se de recursos públicos". "Que pretendem esses senhores que vivem dos favores públicos? Pensam que são o quarto poder?" Pelo PT, o deputado José Eudes afir-

mou: "O grande empresariado, que hoje faz campanha contra nós, na época da ditadura era cúmplice dela. Há um interesse torpe em desmoralizar esta Casa, para que eles tenham assento na Constituinte". Na liderança do PFL, o deputado Celso Barros procurou apelar ao sentimento de "quando se instala um clima dedesconfiançaentre o Congresso ea imprensaé sinal de que as instituições estão enfraquecidas". O deputado Alberto Goldman (PCB-SP) lamentou que a imprensa divulgue "casos pessoais", como o do deputado da Assembléia de São Paulo, "e fotografias como essas e não assuntos mais sérios que interessam ao País". E Alcides Franciscato (PFL-SP) pediu entendimento entre as duas partes.

Em meio às manifestações, registraram-se algumas que procuraram atribuir as agressões aos juizes trabalhistas, em São Paulo, à "campanha que se faz contra o Congresso". "É a autoridade que começa a ser desrespeitada", detestou Mendonça de Moraes. E Amaral Neto foi mais direto: "É produto da campanha contra as instituições democráticas".

Nota da Mesa

Reunida extraordinariamente, a Mesa da Câmara examinou ontem os fatos e críticas dos parlamentares — e redigiu uma nota em que interpreta a "campanha" como "uma impatriótica investida contra o Poder Legislativo". "A Mesa da Câmara deseja alertar a opinião pública para a campanha de calúnias e difamação contra o Congresso Nacional", prossegue a nota lida por Ulysses Guimarães. "Seus objetivos são emudecer o Parlamento, conter as reivindicações dos trabalhadores aqui em andamento, impedir a devolução das prerrogativas, abalar o prestígio e a força das Casas Legislativas."

A nota prossegue lembrando que o Congresso já foi fechado nos tempos da repressão. "Mas é a trincheira da democracia. Atiing-lo é maquirar seu fechamento, é preparar a volta à violência, ao uso do arbítrio, à política dos privilégios dos grandes grupos econômicos. E o Legislativo é historicamente o obstáculo."

Mais adiante: "O Congresso é o poder civil desarmado. Sua força está no povo, na sua representatividade voltada para a construção democrática apenas nascente. É sintomático que a insidiosa campanha coincida com o momento em que os grandes corruptos deste País estejam sendo julgados pela Justiça". Por fim, a nota faz um alerta: "Temos a certeza de que a opinião pública não se deixará enganar pela orquestração manipulada por interesses antinacionais. Deixamos ao povo o julgamento sereno dos fatos".

Os parlamentares reagem: é "uma agressão", é "uma vergonha".

A reação de dirigentes e líderes da Câmara ao texto-legenda do *Jornal de Brasília* começou a definir-se por volta das 9h, quando o primeiro vice-presidente, deputado Humberto Souto, (PFL-MG) telefonou ao presidente Ulysses Guimarães, colocando-o a par das reações de parlamentares de vários partidos àquela publicação.

Por sugestão de Souto, o presidente pediu uma reunião da Mesa Diretora. Visivelmente tenso, Ulysses Guimarães ragiu à matéria: "Essa agressão é inaceitável à instituição". Disse ainda que a agressão ao Parlamento é um desserviço à democracia e favorece o retorno à ditadura. Ele telefonou ao proprietário do jornal, deputado Jaime Câmara (PDS-GO), protestando contra a matéria. O deputado respondeu a Ulysses que também repudiava a matéria de seu jornal.

"É um achincalhe. Uma vergonha, não são os deputados que estão sendo atacados. É a instituição" — repetia, em altos brados, Samir Achoa (PMDB/SP).

"Isto é um desrespeito ao povo brasileiro. Quem faz tal tipo de chacota está desfazendo do povo brasileiro. Não falam mais em Galyêas, Delfim e Langoni, agora só se quer saber do jeton. Eles viraram uns santinhos", dizia, sem levantar a voz, mas com veemência, Bete Mendes (SP).

"A quantas sessões o Jaime Câmara compareceu este ano?" — indagavam o líder do PDS, Prisco Viana, e o ex-líder do PMDB, Freitas Nobre.

Deputado à Assembléia Nacional Constituinte em 1946, o senador Amaral Peixoto, presidente do PDS, tinha outra intuição:

"Não é uma campanha contra o Congresso, apenas. É contra as Forças Armadas, o Executivo, o Judiciário, contra a própria imprensa. Há qualquer coisa misteriosa aí".

Amáral acha que tal campanha "não serve ao projeto democrático. Cada um dos poderes tem seus pecados. Mas essa campanha tem objetivos que não sei quais são. É perigosa".

Hostilidade

Os próprios funcionários do Senado se deixaram contagiar pela irritação dos parlamentares com relação aos jornalistas. Quando os repórteres foram ao encontro do presidente José Fragelli, foram recebidos pelo irritado chefe de gabinete que os responsabilizava pela campanha contra o Poder Legislativo. E proibiu a presença de fotógrafos no gabinete para registrar os encontros de Fragelli.

O líder Pimenta da Veiga, do PMDB, afirmou que o Congresso deseja modernizar a administração do País "e isso festeja privilégios". E acrescentou: "Talvez aí esteja a origem da reiteração dos ataques ao Legislativo, muitos deles inteiramente imprecidentes".

O líder do governo considerou a matéria do *Jornal de Brasília* um "deboche" ao Legislativo.

"Lamento profundamente o que está acontecendo. A foto revela o descaso com que a imprensa tem tratado a instituição, uma das mais importantes da democracia e, seguramente, a mais representativa de todas", disse o líder.

Para Pimenta da Veiga, se não há uma "campanha, com orquestrada" contra o Legislativo, há, com certeza, um "grande desrespeito à atividade parlamentar".

O deputado Humberto Souto revelou, também, que a Mesa da Câmara, segundo decidiu Ulysses Guimarães, com o apoio unânime, "não mais tolerará agressões à Casa". Ele confirmou que houve sugestões para à Câmara cassar as credenciais do *Jornal de Brasília*, idéia não levada adiante.

Na área do governo, a defesa do Congresso partiu do porta-voz palaciano Fernando César Mesquita: "Estão pegando o Legislativo pelo lado menor — jetons, deputados pianistas, trens da alegria —, quando o mais importante é o trabalho que o Congresso faz. Existe um processo de desgastar o Legislativo, cujas razões até agora não conseguimos entender. O Congresso é o poder desarmado, é um poder de portas abertas. Ele é fundamental à democracia".



Ulysses lê a nota...

... que defende as reclamações.

E o circo chegou

O circo está na praça: é a festa da Independência.

O circo armado na Praça dos Três Poderes, em Brasília, tem atraído atenções não só da imprensa, como de toda a população brasileira. E, apesar da reação de deputados e senadores por causa da fotografia publicada no *Jornal de Brasília*, ele será mantido, segundo admitiu ontem o governador do Distrito Federal, José Aparecido. "Respeito muito o Congresso, mas respeito também o Tom Jobim", respondeu ele a um repórter, quando perguntado sobre sua posição.

Surpreendido com a notícia da instalação do circo, José Aparecido foi lembrado que ele consta da programação do Ministério da Cultura para a comemoração da Semana da Pátria. Ali, as crianças poderão brincar o Sete de Setembro, sob um clima cirense, durante todo o dia de amanhã. Palhaços, mágicos e mímicos estarão no picadeiro.

Além deles, grupos musicais, de dança

e de acrobacia foram contratados pelo Ministério da Cultura, para animar a festa infantil da Independência. Nela, as crianças não serão somente público: a equipe do ministério reservou a elas atividades de pintura e de arte em argila.

As atividades artísticas da Independência serão encerradas com a apresentação da Sinfonia da Alvorada, às 18 horas, em frente ao Congresso Nacional, pelo compositor Tom Jobim; um baile popular, no palco em frente ao Ministério do Interior, marcará o final da festa.

Os assessores do ministro da Cultura, Aloísio Pimenta, explicaram que a escolha do local para a instalação do circo se deve ao fato de que toda a festa da Independência está concentrada na Praça dos Três Poderes. Quanto à ligação entre o Congresso e a imagem cirense, consideraram "ridícula".

Canais, nas mãos dos deputados?

Se o Congresso quiser, a concessão de canais de rádio e televisão dependerá de aprovação da Câmara e não apenas do Executivo, como ocorre atualmente. Será suficiente a aprovação da proposta de emenda constitucional, do deputado Odilon Salmoria (PMDB-SC), já em tramitação, e cujo prazo de exame pela comissão mista vai até o próximo dia 13. A comissão é presidida pelo deputado Salles Leite e tem como vice-presidente a senadora.

Eunice Michiles. O relator, que deve dar parecer até o dia 13, é o senador Alberto Silva, do PMDB do Piauí. Se a proposta for aprovada pelo Congresso Nacional, não será necessária a sanção do presidente da República, por tratar-se de matéria privativa do Congresso, bastando, no caso, a simples promulgação pelas Mesas do Senado e da Câmara. Isso já insere a emenda no texto constitucional alterando as normas em vigor.

Voto de liderança deve mesmo desaparecer do regimento

O líder do PDS, deputado Prisco Viana, defendeu, ontem em Brasília, a extinção do voto de liderança, ao mesmo tempo em que expressava dúvida sobre se o governo também deseja a referida medida. Ele prometeu que seu partido votará pela eliminação de tal figura do regimento interno no Congresso. Já o líder do PMDB e do governo, deputado Pimenta da Veiga, quer encontrar uma forma de substituir o voto de liderança, mas não sua extinção.

"Eu nunca defendi a manutenção do voto do líder. O autor da consulta ao Supremo Tribunal Federal, deputado Norton Macedo (PFL-PR), tem o direito

de voto. Basta discordar da sua liderança e ter o apoio de pelo menos 20 deputados. Acho desnecessário recorrer ao STF para exercer o seu direito de voto", afirmou.

Mas o líder Prisco Viana acha que a situação não é tão simples assim, por entender que tudo deve ser feito para "atender ao justo desejo dos parlamentares de maior participação nas decisões políticas do Congresso".

E prometeu: "O PDS votará pela extinção na Comissão de Reforma do Regimento Interno. Resta saber, entretanto, se o governo também adotará essa posição. Duvidamos que a maioria

queira abrir mão desse mecanismo que lhe favorece a aprovação dos projetos". O líder reconhece, porém, alguns problemas que poderão surgir em função da extinção pura e simples, citando a falta de quórum para as votações, como o principal, pois sem o voto dos líderes, há o risco de paralisação da ordem do dia.

Pimenta da Veiga, por seu turno, acha que ainda há tempo para discutir o assunto na comissão mista interpartidária — não instalada — que vai preparar emenda constitucional sobre as prerrogativas do Legislativo, quando deverá ser reformulado o voto de liderança.

O assunto promete muita discussão, pois o líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena, defende a sua manutenção. Ele é de opinião que o voto do líder faz parte da tradição parlamentar do País, sendo utilizado, observou, sem interrupção, durante todo o período de normalidade, de 46 a 64. Para Lucena, ele é um instrumento que agiliza a elaboração legislativa e funciona apenas em matérias não polêmicas, consensuais. Mas Prisco insiste, pois a extinção, segundo entende, exigirá mais de cada líder no exercício de seu poder de convencimento e de conquistar apoio para suas posições.

E o dono do jornal é deputado

O deputado Jaime Câmara (PDS-GO) não é conhecido pelos seus colegas, nem pelos funcionários nem pelos jornalistas que correm o Congresso. Desde sua posse em 83, ele só esteve na Câmara uma outra vez, para votar em Tancredo Neves no Colégio Eleitoral. Eleito pelo PDS, está para ingressar no Partido da Frente Liberal.

Ex-prefeito de Goiânia, foi secretário de Viação e Obras de Goiás, fundador e ex-líder da Federação do Comércio daquele Estado. Jaime Câmara não fez um único discurso em plenário nem apresentou nenhum projeto de lei nos últimos anos. Dedicou-se a administração da TV Anhanguera e de várias emissoras de rádio de sua propriedade em Brasília e Goiânia. É também proprietário de dois jornais: O Popular, de Goiânia, e Jornal de Brasília.

E é visto como um parlamentar que está sempre ao lado do governo. Até 1964, no antepresidente João Goulart. Eleger-se deputado federal pela primeira vez em 1966 e foi pertencente à antiga Arena. Malufista de primeira hora, acabou atendendo aos apelos de Ulysses Guimarães e Maluf. Quando Tancredo lhe telefonou pedindo o voto, ele transmitiu o telefonema ao vivo, por suas empresas de rádio e televisão.

O Congresso vai-se defender. Pelo rádio e televisão.

O presidente do Congresso Nacional, José Fragelli, anunciou ontem, em nota oficial lida durante a sessão vespertina, que vai utilizar os meios de radiodifusão de imagem e som para que o Legislativo se defenda da "campanha deletéria que procura atingir a respeitabilidade de uma instituição fundamental ao regime democrático". Momentos depois, numa rápida intervenção em plenário, o senador Itamar Franco (PMDB-MG) aplaudiu a nota, dizendo que mais importante será o Congresso Nacional assumir de fato o controle do rádio e da televisão para as concessões e renovação das permissões, que, no seu entender, não podem ficar apenas com o Executivo. Lembrou a proposta que existe uma proposta de emenda à Constituição sobre o assunto.

A nota de Fragelli foi lida cinco minutos depois da leitura, pelo presidente da Câmara Ulysses Guimarães, de outra nota sobre o mesmo tema. O presidente do Congresso chegou ao plenário às 16h50 e interrompeu um pronunciamento do senador Benedito Ferreira (PDS-GO) para ler a nota de repúdio à campanha contra o Legislativo.

A nota repudia a campanha e informa sobre a convocação das emissoras para, "em horário especial, enfatizar, pelas palavras do presidente da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os reais serviços que o Congresso e os congressistas prestam ao Brasil. E principalmente para alertar a Nação sobre os graves danos que campanha não amesquinhaadora pode causar às instituições nacionais e à renascente democracia brasileira".

O senador Fábio Lucena, vice-líder governista, interveio no pronunciamento que Itamar Franco fez em seguida para afirmar que existe uma campanha contra o Legislativo com o objetivo de substituir os atuais parlamentares por nomes que atendam aos interesses de grupos econômicos poderosos.

Lamentou o parlamentar que a campanha ocorra exatamente no momento em que os grandes corruptos da Velha República estão sendo levados ao Judiciário, como decorrência das CPIs realizadas pelo Legislativo. Disse não compreender a ação da imprensa, que, "no momento mais duro da ditadura, ajudou a propagar aquele trabalho do Congresso Nacional".

Afirmou ainda que não é só o Legislativo o atingido, já que se inicia também uma campanha de desmoralização contra o Judiciário e as Forças Armadas. A proposta, revelou que "estão começando a espalhar pelo correio os contra cheques de oficiais das Forças Armadas, com o objetivo de tentar desmoralizá-los".

O Estado acusado

Lucena condenou também "certos jornais", especificando porém O Estado de S. Paulo, que, a seu ver, fomenta conflagrações internas, lançando os nordestinos contra os gaúchos, atribuindo a estes últimos a prática de "panamás" (golpes).

Segundo o representante amazonense, "o mesmo O Estado de S. Paulo, centenário na defesa das liberdades públicas e que sofreu a pior desgraça na ditadura Vargas, a ponto de não contar os quatro anos em que viveu sob intervenção, chama agora, na coluna do jornalista Carlos Chagas, de molecagem e safadeza uma proposta de emenda constitucional em tramitação no Congresso".

O senador perguntou: "Que molecagem? Segundo o jornalista Carlos Chagas, é a emenda Manoel Costa, que trata da ampliação dos prazos de desincompatibilização para fins eleitorais".

Adiantou Lucena que ele próprio é contra a proposta e vai votar contra. "Mas não se trata de uma imoralidade, não é uma indecência, como afirmou o brilhante jornalista Carlos Chagas. Trata-se de uma proposta de emenda constitucional, prerrogativa de qualquer membro do Legislativo, que acatá-la ou não a iniciará".

Fábio Lucena afirmou não entender também como a Rede Globo, "que foi recentemente homenageada com uma sessão solene do Senado, pelos seus reais serviços prestados ao País, possa colocar na boca de um humorista a palavra deputado como sinônimo de vagabundo".